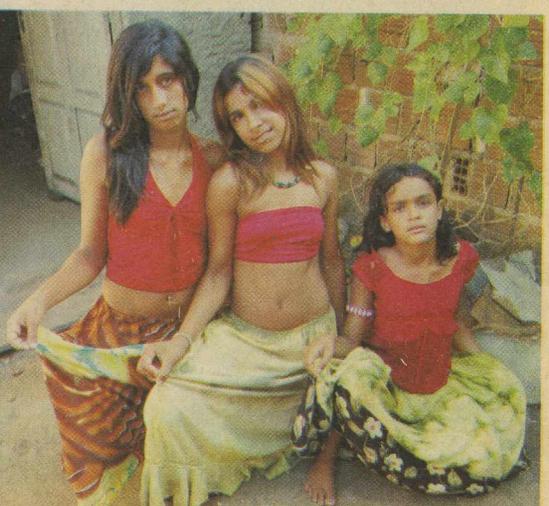
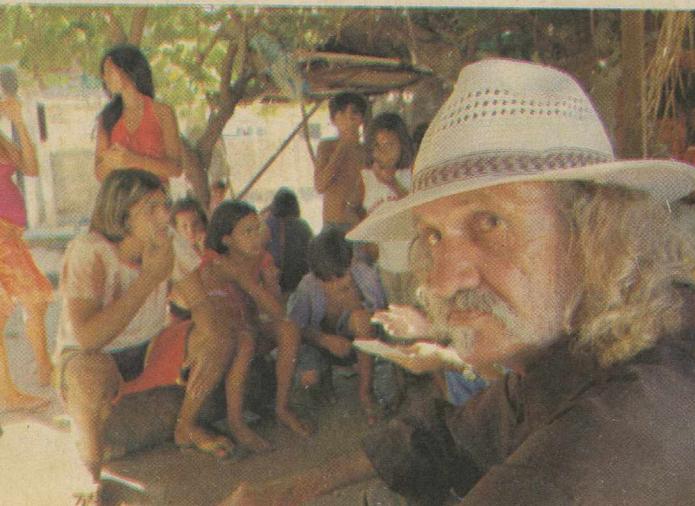
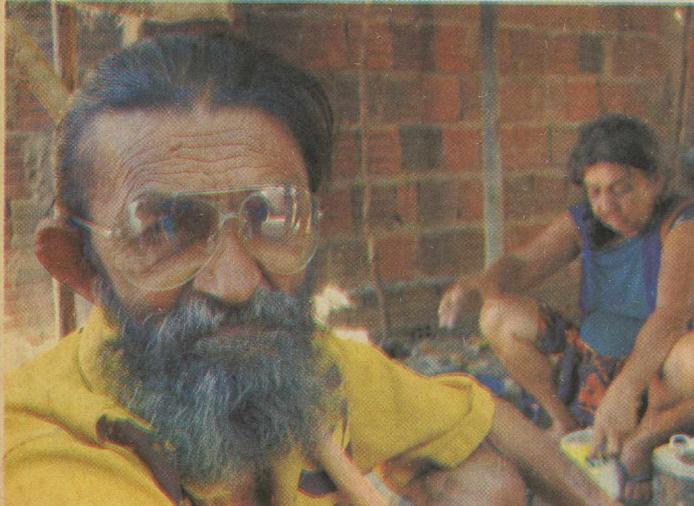


# Nós, do RN...

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte Ano III - Nº 28 - Abril de 2007



Minorias?  
Não.  
Etnias,  
sim.



# Eles são livres!

Ana Yasmine Catarina

Sem pátria, caminhanes e intrigantes. Descriminados, fascinantes e insistentes. Estranhos, místicos e coloridos. Os ciganos. As linhas das mãos, cartas na mesa. A dança com os pés e mãos fazendo barulhos fortes que na verdade são formas de protesto e reivindicação sobre suas condições sociais. Uma minoria. Assim via os ciganos, mas sempre o medo de saber verdades do futuro me afastavam de qualquer grupo. Ironia do destino conheci um cigano que virou meu amigo. Jeito singular, paciência no falar. Era Khalon.

- Me deixa colocar cartas para você?

- Não, Khalon eu tenho medo de você falar coisas ruins e afinal estamos longe, em Brasília, tenho medo que as cartas mostrem que meu avião vai cair.

Estávamos no 1º Congresso de Promoção de Igualdade Racial. E ele estava lá com seu grupo. Agora ele vai saber que eu tremi quando resolvi ceder.

Fomos para uma tenda dentro do Centro de Convenções, sentados no chão. O cigano lá do Beco da Lama começou a destrinchar minha alma e meus segredos com tanta ternura que nem me lembrei da fobia de avião. Percebi a dança e a poesia que ele fazia com as mãos na hora de trocar e explicar o destino. As cartas não me fizeram sentir medo. Eram coloridas como eles, inesperadas e misteriosas. A alma cigana deve fascinar a muitos pela liberdade

incurtida no sangue. São livres e libertos de regras. São soltos, talvez quase inveja a uma sociedade tão cheia de hipocrisia. Paradoxo na história, pois lutam por sua terra ao mesmo tempo que não combinam com endereço fixo, apesar de existir famílias de ciganos morando em todo território brasileiro. Incrivelmente os olhos e não sei o quê deixam mostrar que ali está um cigano ou cigana estejam eles aonde estiverem. É como se a religião fosse a própria liberdade, são altivos por natureza, reis sem tronos:

“Nós, ciganos, temos uma só religião: a da liberdade.

Em troca desta renunciamos à riqueza, ao poder, à ciência e à glória.

Vivemos cada dia como se fosse o último.

Quando se morre, deixa-se tudo: um miserável carroção como um grande império.

E nós cremos que nesse momento é muito melhor ser cigano do que rei.”

Vittorio Pasqualle Spatzo (poeta cigano)

O Cigano Khalon botou meu destino sobre o pano, leu minha vida, descobriu minhas cartas na manga e costurou as linhas das minhas mãos com sua amizade. Depois dali não senti medo apenas descobri outro mundo: o da liberdade.

Ana Yasmine Catarina

## Sibaúma preserva os quilombolas

Samuel Caetano, disse que Sibaúma é constituída por cerca de 200 famílias que trabalham na pesca, no turismo e em outras atividades. Samuel, conhecido como Pelé, diz que foi ludibriado por uma equipe de “pesquisadores universitários”.

4

## RN tem, sim, ciganos

Alguns municípios do RN ainda contam com comunidades ciganas, inclusive na capital.

## DH não são respeitados

Padre Fábio conta da sua preocupação com os direitos humanos. Paradoxalmente eles são desrespeitados.

12

15



Estado do Rio Grande do Norte  
Assessoria de Comunicação Social

WILMA MARIA DE FARIA  
Governadora do Estado

WOBER LOPES PINHEIRO JÚNIOR  
Gabinete Civil do Governo do Estado

RUBENS MANOEL LEMOS FILHO  
Assessoria de Comunicação Social



GENILDO PEREIRA DA COSTA  
Diretor Geral

JURACIR BATISTA DE OLIVEIRA  
Coordenador de Administração  
e Editoração

MARCELO ANDREI SANTOS NERO  
Subcoordenador de Finanças

EDUARDO DE SOUZA PINTO FREIRE  
Subcoordenador de Informática

*Nós, do RN*

editor-geral  
EDILSON BRAGA

chefe de redação  
MOURA NETO

Secretário de Redação  
EDSON BENIGNO

Secretário Gráfico  
VALMIR ARAÚJO

equipe redacional

PAULO DUMARESQ - REPORTAGEM

ANCHIETA FERNANDES - PESQUISA

CLÓVIS SANTOS/JOÃO MARIA ALVES - FOTOGRAFIA

Diagramação e arte final

EDENILDO SIMÕES

PAULINHO CAVALCANTI JR

Capa

EMANOEL AMARAL

Colaboradores

CARLOS MORAIS

CARLA XAVIER

CARLOS DE SOUZA

ROSA LÚCIA ANDRADE

Supervisor Gráfico

WILLIAMS LAURENTINO



Departamento Estadual de Imprensa

Av. Câmara Cascudo,

355 - Ribeira - Natal - RN

CEP: 59.025 - 280 -

Tel.: (84) 3232 6793

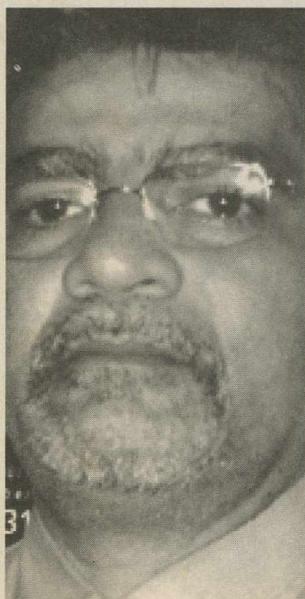
Site: www.dei.rn.gov.br - e-mail: dei@rn.gov.br

# Política de igualdade social

Texto e Fotos: Edson Benigno

”Para dar a elas educação, saúde, a valorização da cultura e ter capacitação no ponto de vista profissional, levando inclusive à informática a esses locais, como também providenciando para que essas comunidades tenham acesso à linha de crédito aos bancos para a construção de empreendimentos agrícolas,”

**Marcos Dionísio**



**E**ste ano, como parte da reforma administrativa, o Governo do Estado criou um órgão responsável pelas políticas públicas de promoções da igualdade racial, que tem, como coordenadora, a assistente social Elizabeth Lima, fundadora de grupos quilombolas e de outros movimentos sociais.

A coordenadoria tem como objetivo realizar reuniões localizadas e a capacitação de gestores, municipais, estaduais e federais, que devem começar a partir do mês de abril.

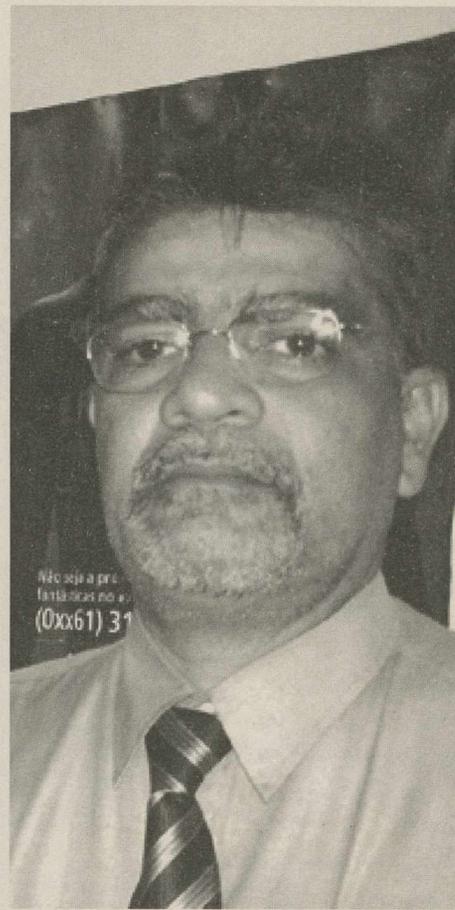
Em parceria com esse órgão estatal a Coordenação dos Direitos Humanos e Defesa das Minorias conseguiu realizar uma capacitação para remanescentes das comunidades dos quilombos e indígenas.

O objetivo foi dar mais informações àquelas pessoas que tenham participação efetiva nos controles sociais realizados pelos conselhos institucionais, tanto municipais como estaduais.

Fazem parte os conselhos da saúde, educação, cultura, da criança e do adolescente, do idoso e a experiência de polícia comunitária que está começando a ser implantada em alguns municípios. Além dos conselhos da segurança alimentar e da assistência social, que já tratam de políticas públicas e que foram colocados pelo Estado à disposição de vasto segmento da população.

É necessário que essas informações tenham um fluxo mais democrático e mais capitalizado nas comunidades, para que as pessoas possam defender os seus direitos junto aos conselhos. São mais de 30 comunidades no estado ligadas à coordenadoria.

A I Conferência da Igualdade Racial foi realizada no ano de 2005, tanto em nível nacional como estadual. No Rio Grande do Norte foi definida uma série de demandas que começam a ser materializadas, através das várias políticas públicas. Durante o segundo semestre de 2005, a governadora Wilma de Faria recebeu no seu gabinete representações de várias classes sociais e organizações não governamentais, e assumiu o compromisso de criar um órgão responsável para defender as comunidades consideradas minorias em nosso Estado.



**Marcos: Plano de igualdade racial**

O coordenador dos Direitos Humanos e Defesa das Minorias, Marcos Dionísio Medeiros Caldas, conta que no primeiro encontro que foi realizado em Natal, do Plano da Igualdade Racial, compareceram à reunião representantes das comunidades indígenas Catu, que fica em Canguaretama e do Amarelão, em João Câmara.

“O Plano de Igualdade Racial vai querer ter contato com todas as comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, até para desmistificar essa idéia, passada de geração a geração, de que nosso estado não tem comunidades

formadas por índios”, afirma.

Ele acrescenta ainda que está comprovado que o Estado do RN tem várias comunidades indígenas e cabem às instituições públicas resgatar e promover a auto estima destas populações.

“Para dar a elas educação, saúde, a valorização da cultura e ter capacitação no ponto de vista profissional, levando inclusive a informática a esses locais, como também providenciando para que essas comunidades tenham acesso à linha de crédito dos bancos para a construção de empreendimentos agrícolas,” completa Marcos Dionísio.

O Plano de Igualdade Racial, ligado ao Governo do Estado, não se refere só a defesa da raça negra, mas também, de todas comunidades que são minoria, como os índios, que são pouco valorizados e reconhecida para a sua capacitação.

Assim como os ciganos, que vivem em condições difíceis e precisam de ajuda para formar o quadro que represente a sociedade. Eles tiveram uma fase mais divulgada nos anos 60 e 70, com a tradicional leitura de mão. Mas na reunião da Conferência Estadual o comparecimento destas comunidades foi considerada razoável, não sendo muito representativa como a dos negros.

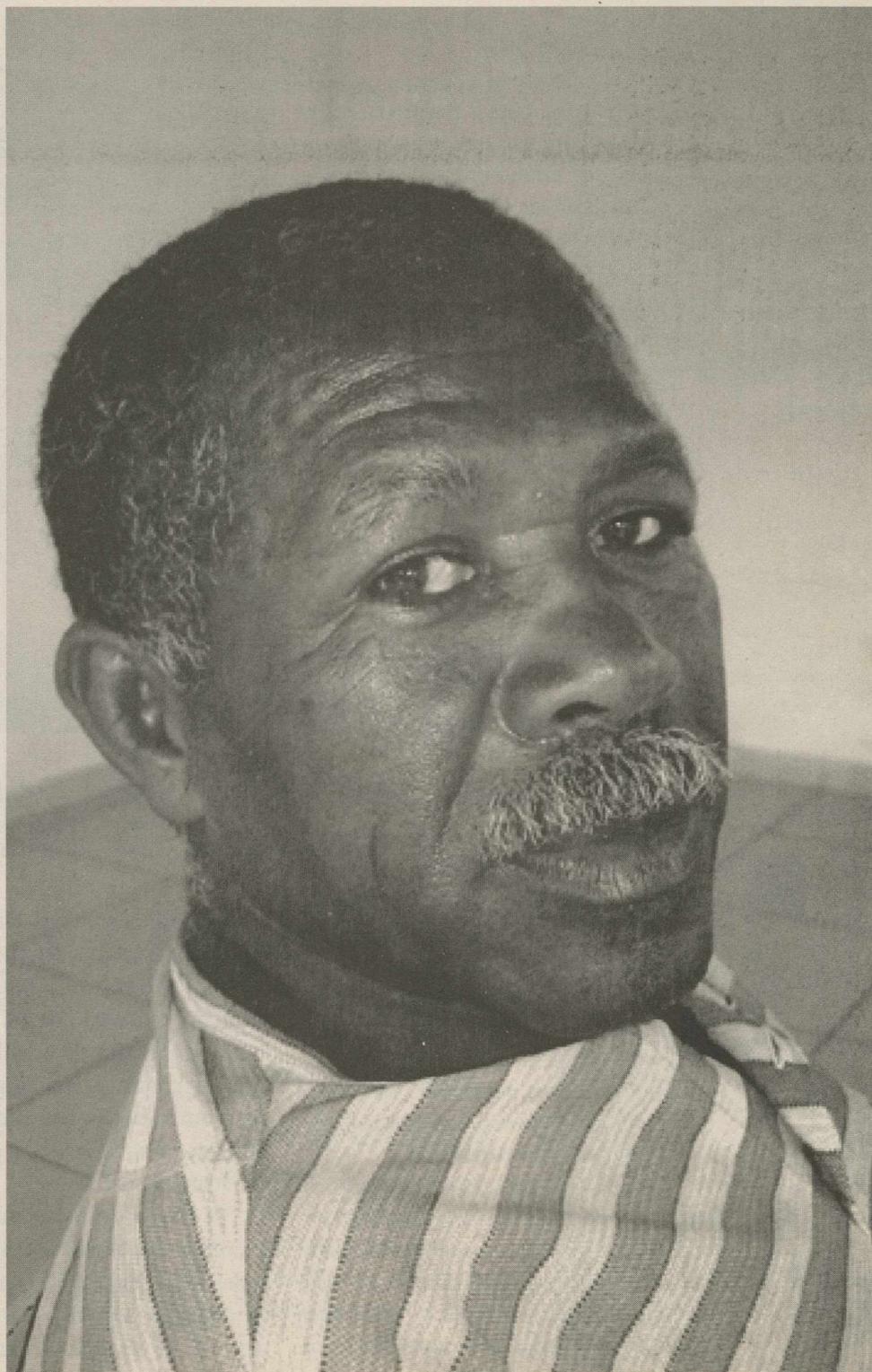
No último encontro da Coordenadoria de Políticas Públicas e Promoções da Igualdade Racial, ficou acertado com Fernandão, militante do movimento de resgate à cultura dos ciganos, que todas comunidades serão mapeadas, com sua localização, as demandas, o reconhecimento do assentamento da reforma agrária, da educação e da inclusão digital.

# Remanescentes quilombolas em Sibaúma

Texto: Anchieta Fernandes  
Foto: Clóvis Santos

**C**omeçando o texto do nº 17 (volume 03, novembro de 2006) da revista "Galante", a produção do Scriptorin Candinha Bezerra e Fundação Hélio Galvão encartada uma vez por mês, aos domingos, no jornal "O Poti" (edição dominical do "Diário de Natal") – o professor Luiz Assunção (do Departamento de Antropologia da UFRN) explica que, "nos últimos anos, vem ocorrendo, em todo o Brasil, uma mobilização das comunidades negras rurais, que gradativamente vivenciam processos de retomada de suas identidades quilombolas, o que significa se auto-afirmarem como grupo negro e reivindicarem o pertencimento a um determinado território e o reconhecimento por seus direitos enquanto grupo étnico."

Estes direitos são definidos a partir do Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada a 05/10/1988, onde é dito: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." O professor Luiz Assunção explicita o que é esta expressão "remanescentes de quilombos", que "deve compreender, portanto, todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência para a manutenção e para a reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e de valores partilhados."



**Samuel Caetano, o Pelé, é líder da comunidade de Sibaúma, onde desenvolve um trabalho voltado para a preservação das tradições dos quilombolas.**

Muitos habitantes da comunidade negra ainda mora em casas de taipa (foto), para manter a tradição.



Decepção em

# Sibaúma

Para registrar alguma coisa (história, hábitos culturais atuais) de uma das várias comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, ainda hoje existentes no RN (segundo o exemplar da revista "Galante" referido, em uma lista publicada na última página, nada menos que 38 municípios norte-rio-grandenses contam com tais comunidades, dos "Higinos" de Acari, aos da Baixa, Quinquim e Areias em Touros), eu e uma equipe do DEI tentamos uma entrevista com líderes da comunidade de Sibaúma, em Tibau do Sul. Fomos parcialmente mal sucedidos.

Acontece que, semanas antes, uma outra equipe, se dizendo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fez contato com a comunidade, pediu para eles dançarem e cantarem músicas tradicionais, gravou tudo em um filme, prometendo a produção de um DVD do qual eles, os remanescentes de Sibaúma, teriam uma cópia. Esta equipe talvez falsamente universitária

desapareceu com o material coletado, nunca mais voltou a Sibaúma, mas começou a vender a turistas nas praias o DVD que foi realmente produzido. É claro que isto deixou os moradores de Sibaúma muito magoados, cismados com qualquer grupo de pesquisadores que se aproximam deles.

Então, nosso contato com os negros de Sibaúma foi muito difícil. Procurando a casa de seu Samuel Caetano (vulgo "Pelé"), um dos seus líderes, fomos recebidos por um dos filhos dele, que estava jogando pelada com amigos em uma quadra em frente à casa, e que contou a história dos "pesquisadores universitários" e que, portanto, estavam se negando a dar estas entrevistas para não se decepcionarem depois. O nosso fotógrafo, Clóvis Santos (que, por sinal, é de etnia negra), agindo diplomaticamente, deu razão quanto à consideração do erro que foi cometido com eles, mas que por um erro de alguém não se deve julgar o caráter de todos os que os

## Jornalista conta a história

Com a impossibilidade de conseguirmos mais algumas outras informações históricas sobre a comunidade de Sibaúma na própria comunidade, restou-nos completar com as informações que o jornalista Hélio Cavalcanti (foi dos quadros do jornal "A República" nos anos 70/80 do século passado) colocou em site na Internet: "Ninguém sabe precisar a origem de Sibaúma, como quilombo, mas alguns pesquisadores acreditam que tenha sido resultante de fuga de escravos dos engenhos do Cunhaú, de Goianinha ou de Canguaretama. Os nativos, no entanto, não acreditam nessa história. Para eles, são descendentes de um navegador português e de uma índia, herdeira da tribo que habitava às margens do rio Catu e cujas filhas se casaram com homens negros. Durante muito tempo, a vila viveu isolada, quase sem nenhum contato e, para se chegar lá, além do caminho à beira-mar ou da travessia do rio, havia uma pequena trilha que dava acesso à comunidade, também pobre, àquela época, de Pipa e de Tibau do Sul. Equipamentos comunitários como escola, posto de saúde, luz, telefone e energia eram coisas nunca imaginadas. Aliás, quase ninguém sabia o que era. A população era analfabeta, as doenças comuns eram tratadas com 'meisinha' à base de plantas nativas e os casos mais graves eram levados para Cunhaú, por ser mais perto."

procurarem. Mas, mesmo assim, embora não enxotados, pouca coisa conseguimos.

O filho do seu Samuel (que não se deixou fotografar) deu alguma contribuição, falando sobre uma "noite dos tambores", que é uma manifestação rítmica apresentada com tambores – que eles chamam de pau oco, confeccionados por eles mesmos com madeira da própria região. Seu Samuel falou que Sibaúma é constituída por cerca de 200 famílias. Uns trabalham em pesca, outros no turismo da região (hotéis, condutores das balsas que atravessam o rio) etc. Seu Samuel falou também que antigamente, todos na comunidade eram negros, depois chegaram outras raças, ou houve casamentos de negros com outras raças. Seu Samuel nos mostrou um certificado emoldurado, mostrando a participação de sua esposa Jeane Marques Caetano na Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro de 6 a 8 de julho de 2001.

# Uma comunidade índia remanescente

O resgate de grupos familiares e sociais na identidade étnica de sua matriz histórica, embora em caráter quantitativo ainda de minorias, vem se dando no Rio Grande do Norte. Grupos indígenas e quilombolas têm se revelado nos últimos anos, com apoio oficial ou de Ongs – parece que num fenômeno benéfico de compensação aos antigos excluídos, pelas injustiças e preconceitos sofridos.

## ÍNDIOS DO CATU

**“Caboclinha da Jurema  
Eu dancei no teu Toré  
Para me livrar das flechas  
Do tatu e canindé”** (quadrinha de  
cantiga tradicional indígena)

**A** pesar da opinião de alguns historiadores e antropólogos, segundo os quais não existem mais índios em nosso Estado, pois teriam sido exterminados fisicamente ou descaracterizados etnicamente, após séculos de miscigenação com outras etnias e adaptação aos hábitos culturais dos brancos – esta opinião está sendo desacreditada.

A Constituição brasileira, promulgada em 1988, abriu amplos espaços ao reconhecimento das comunidades indígenas, desde o art. 231 do capítulo VIII: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Em 2005, foi fundado o Grupo de Estudos da Questão Indígena do Rio Grande do Norte – Paraupaba (com este nome homenageando o grande chefe indígena do século VII, que resistiu com bravura à opressão dos colonizadores brancos). Deste grupo participam representantes de comunidades rurais do RN que indicam uma identidade indígena, professores, pesquisadores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo, dentre outros, o apoio da APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo).

Daí que, perdendo o medo ou a vergonha de se identificarem como

índios, em uma Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa/RN, a 15 de junho de 2005, três comunidades de famílias reivindicaram o direito à condição de “remanescentes indígenas”: os Mendonça do Amarelão, em João Câmara; os Eleotérios do rio Catu, em Canguaretama, e os Caboclos do Riacho, em Assu. De todas três comunidades, a melhor apresentada e descrita ao público em meio de comunicação foi a dos Eleotérios, assunto do Volume 03, Nº 16 (outubro de 2006) da revista “Galante”, encartada no jornal “O Poti”, produção do Scriptorin Candinha Bezerra e Fundação Hélio Galvão, com texto produzido para este número pelos professores Carlos Guilherme do Valle e Edmundo Pereira (do Departamento de Antropologia da UFRN) e Claudia Moreira (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN).

Na referida revista, é dito que o lugar denominado “Catu dos Lotero” é uma área localizada dentre os municípios de Goianinha e Canguaretama, “que tem extensas plantações de cana de açúcar e viveiros de criação de camarão.” Os habitantes têm duas associações: a Associação dos Moradores do Vale do Catu – Canguaretama (AMVC) e a Associação dos Moradores do Vale Catu – Goianinha. O dia-a-dia dos remanescentes indígenas do Catu é como o de qualquer morador. Trabalham nas usinas Estivas e Baía Formosa, no corte de cana ou limpando áreas para novo plantio. Ou trabalham em unidades produtivas familiares, como plantação de hortaliças e legumes. Outra atividade que praticam é coletar lenha para fazer o fogo onde cozinham. Alguns são empregados do posto de saúde e das duas escolas municipais.



O trabalho dos professores universitários na revista “Galante” coloca uma pergunta: “será mesmo possível considerar os Eleotérios como índios?” – e uma constatação: “difícil ainda seria encontrar diferenciação por meio de expressões culturais, como a pintura e o adorno corporal ou as artes plumárias consideradas como sinais culturais emblemáticos dos povos indígenas da Amazônia.” Mas é dito também na revista que “os Eleotérios

**Pajé Awá Zeruzã  
Katú Maê é de  
origem de um  
povo chamado  
Punarés, que  
teria existido no  
Rio Grande do  
Norte.**

Fotos: Clóvis Santos

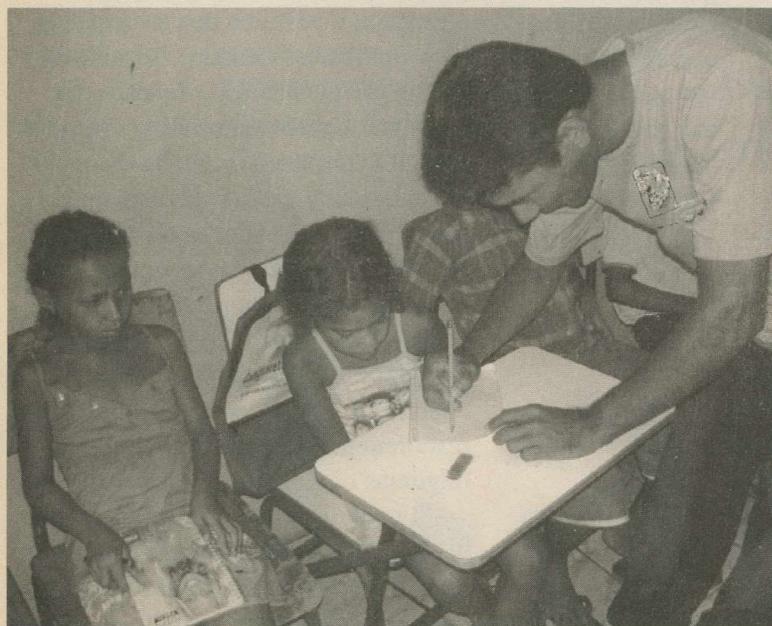


**Professor José Luis ( à esquerda) conversa com a diretora da escola municipal. Abaixo, o professor Luis ensina a alunos escrever em guarani.**

do Catu têm buscado, desde o início desta década, entender melhor o seu passado e a sua ascendência indígena. Lideranças vêm estabelecendo contatos e estreitando relações com outros povos indígenas do Nordeste.” Também é dito que os Eleotérios vêm retomando, nos últimos anos, expressões rituais.

Para conhecer, em detalhes, como é que está sendo esta retomada de expressões culturais do nosso passado indígena, estive no último dia 13 de março, no Vale do Catu. Ali, conheci a beleza do trabalho pedagógico que é efetuado, por exemplo, na Escola Municipal João Lino da Silva. A garotada é uma simpatia. Um dos meninos passou pela nossa equipe e disse um bem educado “bom dia!” – atitude rara de se ver em crianças da nossa sociedade branca. Um dos professores, José Luis Soares, é um entusiasta do passado indígena da comunidade.

Na escola, placas indicando, por exemplo, Secretaria, estão escritas em língua guarani: Aba’apokoty. A sala onde os alunos fazem o lanche é tataypy (sala de comida). A de reunião dos professores é MboeHatot (canto dos professores). O professor José Luis fez uma das turmas cantar para nós uma cantiga típica em guarani. Em aulas de História, eles tem enfoques da cultura indígena brasileira, falando principalmente da cultura e da história dos Potiguaras, descendentes dos



potiguares do Rio Grande do Norte. O povo do Catu dança o **toré**, dança tradicional indígena.

Utilizam ainda utensílios como: cuia, cabaço, conchas de quenga de coco, panelas e pratos de barro. Desde 2004, realizam anualmente o Festival da Batata, com um grande desfile pelos caminhos da comunidade, exposição de comidas típicas (feitas a partir da batata) e de artesanato, e competições de arco e flecha, zarabatana, peteca, jogo de castanha etc. Mas o professor José Luis tem consciência da necessidade de, mesmo mantendo as tradições, se adaptar aos equipamentos tecnológicos da contemporaneidade. Por isso que usa computador, tem e-mail, e desde dezembro passado vem editando o jornalzinho informativo da comunidade Catu, intitulado “Catu Pya Hú”.

## Pajé na cidade

Interessante que no centro urbano da cidade, morando sozinho em uma casinha em Canguaretama, com uma placa em cima da porta indicando “Índio Catu”, vive um autêntico pajé. Com orelhas furadas aptas a abrigarem qualquer batoque dos hábitos tribais brasileiros, ele prepara e vende garrafadas medicinais. Diz chamar-se Awá Zeruzã Katú Maê, e que pertenceu a um povo chamado Punarés, que teria existido no Rio Grande do Norte. Quando nossa equipe chegou à sua casa, pelas 11 horas da manhã, ele estava preparando seu almoço em uma panela de barro no quintal, constituído por feijão preto e carne de tatu.

Olhando-se o interior da casa, não dá para negar que ali mora um índio: pendurados nas paredes, cocares, tangas de palha, arco e flecha, zarabatana, facão indígena, colares de osso. Escrito em um papel colocado sobre uma foto familiar um mini-dicionário, com palavras indígenas e sua respectiva tradução em português. Awá me mostrou um documento, atestando sua participação na I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Natal nos dias 20 e 21 de maio de 2005. Assim, no Vale do Catu e na cidade de Canguaretama, a autêntica cultura indígena norte-rio-grandense está sendo resgatada, Talvez não se volte à nudez nem à antropofagia, mas pelo menos uma memória histórica de uma minoria não se perderá de todo.(AF)

# Família endogâmica em



**N**o folder com o programa da última festa do padroeiro (São Sebastião) da paróquia de Caraúbas, de 10 a 20 de janeiro deste ano, estavam entre os noiteiros (aquelas pessoas ou instituições encarregadas de contribuir financeiramente e organizarem uma das noites da festa) do dia 18 a “Família Cachoeira” e, completando-se a informação, a palavra “caboclos”. Na verdade, esta palavra foi colocada aí talvez indevidamente, porque, segundo tese de Alexandro Gurgel, “caboclo” é a miscigenação de índios com brancos, mas “cabocos” são os descendentes de Leandro Bezerra, fundador de Caraúbas (v. a reportagem especial para o caderno “Viagem”, do “Diário de Natal”, de 12/02/2003). E Alexandro explica, após mencionar o

historiador Raimundo Soares de Brito, que Leandro Bezerra era sobrinho do Tenente-General Francisco de Souza Falcão, e ambos vieram da província do Cabo, em Pernambuco, e fundaram as fazendas Cachoeira e Caraúbas. Daí o nome certo seria **cabocos**.

De fato, os indivíduos que em Caraúbas são conhecidos por caboclos, quase todos residentes no povoado Cachoeira, não vieram da miscigenação de índios com brancos. São pessoas de etnia branca. O fato de eles terem se tornado uma espécie de minoria é porque, ao longo de sua história familiar dentro do contexto da história regional, houve muitos casamentos entre si, pessoas casando com outras do mesmo sangue. Não há registro de incestos que exigisse a ação policial-

**Na foto, o então governador Cortez Pereira entrega título de terra, em 1974, a um grupo de “cabocos da Cachoeira”.**

jurídica para coibir, isto é, irmão casando com irmã, filho com mãe etc. O que houve, durante muito tempo, no povoado Cachoeira, foi o instituto da endogamia, pessoas casando com outras do próprio clã sanguíneo-comunitário, não totalmente próximas etnicamente. Esta preferência de sentido comunitário fez com que a Família Cachoeira ficasse isolada, e se tornasse um povo pobre e sem perspectivas culturais maiores.

Se a ciência moderna já estabeleceu que o incesto nem sempre leva ao nascimento de pessoas com deficiências físicas, biológicas ou psicológicas a não ser que existam casos do tipo na história familiar (v. teses do médico sueco Dr. Lars Ullerstam, na famosa obra “As Minorias Eróticas”) – parece que estes casos existiram nos ancestrais da Família Cachoeira, pois, embora não praticassem incesto, como já falei, no entanto dentre eles, tempos atrás, nasceram indivíduos onde a degeneração física e mental era constatável. Teve até, nos anos 50/60 do século passado, um conhecido **caboco da Cachoeira** que pedia esmola em Caraúbas, apelidado Chaguinha, que era hermafrodita, tinha os dois sexos.

Mas, em sua maioria, os indivíduos da Família Cachoeira são seres normais. Alguns se destacaram. O próprio Tenente-General Francisco de Souza Falcão, fundador da fazenda Cachoeira, povoador da região, onde desenvolveu a agricultura e criação de gado. E seu sobrinho e genro (já começa aí o costume dos casamentos intra-familiares) Leandro Bezerra da Cunha Cavalcante foi o fundador de Caraúbas, doador da primitiva imagem de São Sebastião à igreja do então povoado. De Leandro descendem a maior parte dos **cabocos da Cachoeira**. Tanto é assim que, se se fizer uma pesquisa no 2º Cartório de Caraúbas, que é o de Registro Civil de Pessoas Naturais, vai-se encontrar grande quantidade de pessoas registradas com o sobrenome Bezerra Cavalcante (algumas como Souza Falcão).

O padre Manoel Bezerra Cavalcante, que por 53 anos foi vigário colado da paróquia de Campo Grande, era um dos descendentes de Leandro.

## Melhoria de perspectivas

**A**s dificuldades econômicas e sociais-culturais pelas quais a Família Cachoeira passou durante muito tempo, começaram a ser amenizadas durante os anos setenta do século passado. É que, desde 1972, o então vigário de Caraúbas, o dinâmico holandês padre Lourenço Slegers, começou a levar o trabalho de ação comunitária da Igreja Católica ao povoado Cachoeira, situado a 11 quilômetros da sede do município. Segundo um relatório da Equipe de Evangelizadores da Comunidade de Cachoeira (equipe constituída por Maria Celeste de Oliveira Benevides, Romildo Silva, João Monteiro Benevides, Maria de Lourdes da Conceição de Oliveira, José Nicodemos de Oliveira, Valdi Alves de Oliveira, José Maria de Oliveira e Francisco Medeiros), e publicado no livro "Pe. Lourenço/Em busca de um Mundo Novo", de Socorro Gurgel e Antonete Silva (Astecam, 1985), na época Cachoeira contava com 157 famílias em uma soma de 751 habitantes. Das 157 famílias, apenas 57 eram proprietárias, sendo 36 pequenos proprietários, com uma área abaixo de 50 hectares.

Com alimentação à base de feijão com farinha e cuscuz, sem alimentos que provissem o organismo das vitaminas e proteínas necessárias, os cachoeirenses adoeciam com frequência, e na maioria das vezes não tinham condições de comprar o medicamento indicado para o tratamento nem a alimentação adequada à sua recuperação – como é informado no livro de Socorro Gurgel/Antonete Silva. Mas quando o padre Lourenço começou a

agir, a comunidade Cachoeira se transformou e os **cabocos** melhoraram de vida. O padre levou para lá uma Associação Comunitária, com os associados se reunindo normalmente, com boa frequência. Foram criados um banco de sementes, uma farmácia comunitária, um Centro Comunitário, um cacimbão comunitário. Foram entregues aos moradores do povoado implementos agrícolas (enxadas, pás, xibancas, cultivadores). Animadores de eventos religiosos e sociais foram incentivados.

Enfim, acredita-se que padre Lourenço mudou a visão que se tinha sobre os **cabocos da Cachoeira**, e a visão que eles próprios tinham de si mesmos. Em 1974, o então governador do Estado Cortez Pereira, entregou a eles 42 títulos de posse das terras que cultivavam sem terem até então estes títulos, e portanto sem terem a garantia do direito a estas terras. Muitos outros benefícios eles foram obtendo, adquirindo consciência política e social e, talvez, até abandonando o hábito dos casamentos endogâmicos. Eles hoje já se formam com títulos universitários, atuam politicamente. O atual Vice-prefeito de Caraúbas, Francisco de Assis Batista, é da família dos **cabocos da Cachoeira**. Minoria, eles ainda são? Bom, fazem parte de uma história de isolamento e preconceito que sofreram no passado, dentro do contexto da história regional.

**As dificuldades econômicas e sociais-culturais pelas quais a Família Cachoeira passou durante muito tempo, começaram a ser amenizadas durante os anos setenta do século passado. É quando entra o trabalho do padre holandês Lourenço Slegers.**

Fotos: Arquivo



**Padre Lourenço Slegers, ex-vigário da paróquia de Caraúbas.**

# Caraúbas

# Comunidades quilombolas têm

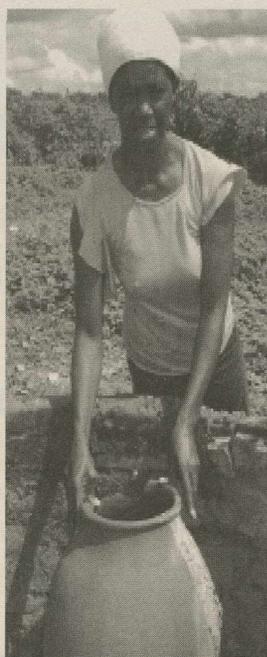
Um intervalo de mais de cem anos é encontrado na história da presença do negro no Rio Grande do Norte. As comunidades quilombolas que resistiram ao tempo, ao esquecimento e às várias investidas de fazendeiros em tirarem suas terras, passaram a ser, somente nos últimos anos, objeto de estudo e a ter maior atenção por parte dos governos. No Seridó duas dessas comunidades vivem atualmente situações distintas. No município de Currais Novos, a 9km de sua sede, está a comunidade Negros do Riacho, onde a falta de organização e mobilização deixa os integrantes entregues à pobreza, numa forte dependência de ajuda oficial. Em Parelhas, cerca de 60 km distante de Currais Novos, está a comunidade da Boa Vista, onde na entrada da estrada que dá acesso ao sítio lê-se na placa palavras como respeito e dignidade às crianças daquele local. Como duas comunidades que tiveram o mesmo destino há mais de cem anos têm hoje dois cenários tão diferentes? A resposta pode estar nas palavras da presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade da Boa Vista, Maria das Graças Fernandes: “O que se precisa ter é organização e dignidade”, diz. Os registros históricos no RN mostram que os negros levados para o sertão, por volta do século XIX, para ajudar na lida diária das fazendas de gado e para desenvolverem o papel de vaqueiro, eram trazidos da Guiné e comercializados no mercado pernambucano. Os que ficaram no litoral, como citam os professores Luiz Eduardo Suassuna e Marlene da Silva Mariz em “História do Rio Grande do Norte”, eram em maior número para o trabalho braçal na zona açucareira. No sertão, a criação do gado instituía um modelo diferente entre escravo e senhor. Apesar de na Capitania do Rio Grande não ter sido necessária uma grande quantidade de negros escravos comparando-se a outras capitanias vizinhas, a presença do africano deixou uma marca na cultura, desbotada em muitos aspectos durante anos, mas sendo resgatada ao poucos por movimentos sociais e estudiosos.

## cenários diferentes no

# Seridó

### Identidade perdida no Riacho

Texto: Rsa Lúcia Andrade  
Foto: Clóvis Santos



*Iralice Lopes da Silva é louceira do Riacho, em Currais Novos.*

No conjunto de casas que formam a comunidade Negros do Riacho, em Currais Novos, moram cerca de 300 pessoas entre crianças e adultos. A maioria dos adultos é analfabeta e não tem um ofício.

Na BR 226, antes de se chegar à sede do município, no sentido Natal-Seridó, há hoje uma enorme panela simbolizando o tradicional trabalho das louceiras e indicando o acesso à comunidade. Chegando-se lá, vê-se um cenário de pobreza e esquecimento de sua cultura.

Apenas duas mulheres trabalham ainda com louças de barro, produzindo panelas e potes de água (ainda comum sua utilização no interior do Estado). Iralice Lopes da Silva, 48, filha de Alice - já falecida e uma das louceiras mais lembradas da comunidade - trabalha num ritmo mais lento. O motivo é a falta da procura pelo seu trabalho. Há cerca de dois, três anos, quando houve uma melhoria na comunidade, ela disse que chegou a fazer cerca de 30 potes e 30 panelas por mês, rendendo-lhe cerca de R\$ 500. Hoje, para criar seus seis filhos, produz a metade, mas cerca de um quarto do que é feito por mês é vendi-

do.

O transporte das louças é o maior empecilho. Para levar as peças para a feira de Currais Novos tem que pagar um transporte, então Iralice prefere que os compradores se encaminhem à comunidade de difícil acesso por cerca de 6 km. “Hoje é tudo difícil. As pessoas não querem comprar mais, acham tudo caro”, queixa-se. O que ajuda na criação dos filhos é a renda do Bolsa Escola que também garante que as crianças não tenham o mesmo destino da mãe, semi-analfabeta. Os alunos não podem ter três faltas no mês para não ameaçar o recebimento do auxílio.

As dificuldades na comunidade do Riacho, segundo seus próprios moradores, começam com o isolamento. A distância para a escola é de cerca de 6 km. As crianças vão a pé. O atendimento à saúde só é feito na sede do município, como relatam. As melhorias realizadas em 2005 vieram com a substituição das casas de taipa que ainda existiam por casas de alvenaria e melhoria das casas de tijolo já existentes. Essas últimas ganharam novos banheiros e cozinhas. Uma cozinha comunitária e um centro social foram construídos no intuito de garantir

higiene alimentar e o ofício tradicional. Mas a falta de interesse pelos mais novos em aprender a trabalhar com o barro fez do centro social um local utilizado para festas de vez em quando.

O apego ao lugar não se traduz em amor à sua cultura. Ao mesmo tempo em que não gostam de sair do Riacho para trabalhar em sítios e fazendas próximas e na cidade (onde poderiam estudar) os moradores esquecem suas raízes e costumes.

Outra herança dos antepassados, a reza das benzedeadas, também não existe mais. A última que desempenhava este ofício, Tereza Maria da Conceição, também importante louceira da região, morreu aos 103 anos. "Ninguém aprendeu as rezas com ela, não", diz Noêmia Lopes da Silva, 55, e sobrinha de Tereza.

A geração hoje presente na comunidade diz não conhecer nenhuma manifestação cultural própria de seu povo. Não atraírem brigas; o culto religioso é feito na matriz de Santana em Currais Novos; as louças são consideradas um trabalho a mais para ganhar o pão.

**RECONHECIMENTO** - Apesar de todas as dificuldades relatadas pelos moradores da comunidade do Riacho um passo importante foi dado no ano passado. Eles foram reconhecidos como descendentes quilombolas e com isso ganharam um instrumento para reivindicar seus direitos, entre eles, o direito à terra.

Mas o processo de regularização fundiária, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), só pode ser tocado quando a comunidade tiver a certidão de reconhecimento.

Essa regularização seria o direito à terra doada a escravos libertos e ao longo dos anos tomada, aos poucos, por fazendeiros dos arredores das comunidades quilombolas. Os descendentes dos escravos têm direito de reaver suas terras.

A certidão de reconhecimento também ajuda a garantir outros direitos dentro das políticas públicas específicas para os afro-descendentes. Como nas áreas de educação, saúde e moradia, por exemplo.



**Jerônimo Roque e Maria das Graças Fernandes desenvolvem trabalho comunitário em Boa Vista, no município de Parelhas.**

## Irmandade mostra sua força

Apesar do casario simples do sítio Boa Vista, em Parelhas, a atmosfera de esperança e respeito mostra um cenário bem diferente do encontrado na comunidade do Riacho. Há dois anos os cerca de 120 moradores se organizaram em associação e hoje têm um trabalho voltado para o resgate da cultura, a educação de crianças e adolescentes e a preocupação com a dignidade dos adultos ensinando-lhes um ofício. Além dessas preocupações na formação do cidadão lá também trabalha-se o resgate cultural, como a volta da tradicional Festa do Rosário, trazida para o Brasil pelos negros. "Há alguns anos eu não tinha noção da importância da minha comunidade e hoje, participando, eu vejo que temos uma cultura e temos que ser respeitados", afirma Maria das Graças Fernandes, presidente da Associação de Desenvolvimento da Comunidade da Boa Vista. Este respeito começa a ser delineado. Ela participou no mês de março de discussões sobre a inclusão de representantes do sítio da Boa Vista em todos os conselhos do seu município. A participação em várias outras discussões acerca da situação dos afro-descendentes no Brasil é comum para a líder. A voz deles é ouvida porque houve a vontade de se expressarem.

Há três anos os moradores da Boa Vista juntamente com a comunidade de Jardim do Seridó, forman-

do a Irmandade do Rosário desde 1863, resgataram a Festa do Rosário, numa veneração à Nossa Senhora entre os dias 31 de dezembro e 01 de janeiro. No começo, segundo Maria das Graças, houve uma certa desconfiança se o resgate seria possível, mas hoje conta-se com o apoio de moradores de Parelhas e do poder municipal, depois que ficou comprovado o resultado do esforço. Para se ter uma idéia, Juvenal Lamartine de Faria, em seu livro "Velhos costumes do meu sertão", num trecho sobre a Festa do Rosário. Fala que as festividades "misto de festejo pagão e religioso, já hoje pertencem ao passado, de vez que perderam, completamente, o seu caráter popular que as tornavam mais pitorescas e interessantes". O livro traz artigos publicados no jornal Tribuna do Norte nos anos 50. E os festejos, pelo menos em Parelhas, não pertencem mais ao passado.

A dança do Espontão, caracterizada pelo estudo do folclore como uma dança religiosa, é mantida na comunidade como herança cultural. Dançada por adultos e acompanhada por instrumentos como tambores, ela é repassada às crianças do local, onde já existe um grupo de apresentações, os Quilombinhos. A cultura afro-descendente também foi repassada às mulheres da Boa Vista através do grupo "Pérola Negra". Além de estarem em contato com a cultura de seus antepassados as mulheres têm a oportunidade de mostrar em outros lugares o resgate cultural e com isso sua identidade.

## Integração rende bons resultados

Depois do importante degrau vencido com a integração da comunidade existem agora outros interesses para manter este avanço. A preocupação com a juventude é urgente. E mostra que o caminho é o certo. Atualmente não existe nenhuma criança fora da escola. Elas são atendidas na comunidade do Juazeiro e os adolescentes estudam na sede do município de Parelhas. O índice de analfabetismo entre os jovens é zero.

A reivindicação da comunidade engajada agora é para dar continuidade ao atendimento ao jovem. "Uma área de lazer para os jovens dentro da comunidade é muito importante", afirma Jerônimo Roque de Lima, atuante na área social no sítio Boa Vista. E acrescenta que atualmente não há conhecimento de envolvimento de nenhum jovem com drogas ou bebidas.

A ocupação dos homens na comunidade sempre foi restrita ao trabalho nas cerâmicas locais enquanto que as mulheres se ocupavam apenas dos afazeres domésticos. Com um olhar mais politizado dos integrantes da associação foram reivindicadas melhorias que vieram através de curso para formação de mão-de-obra. Com o curso de corte e costura para 22 mulheres foi formada a associação das costureiras e a ajuda da prefeitura também foi bem-vinda. Elas ganharam o direito de confeccionar o fardamento das creches e com o trabalho conhecido pela população a renda pode aumentar.

Uma outra preocupação, talvez comum a outras comunidades quilombolas não só do Rio Grande do Norte mas de todo o País, refere-se à regularização fundiária. A comunidade da Boa Vista existe há mais de 200 anos, antigamente conhecida como Sítio Bela Vista, devido ao cenário visto de cima de um serrote. A história começou com a acolhida da escrava chamada Tereza por um coronel da região e doando-lhe as terras do sítio.

# Eterna saga dos povos das estrelas

Texto: Moura Neto

Fotos: João Maria Alves

Dizem que o céu é o teto deles. A terra é a pátria e a liberdade, a religião. Talvez, por isso, são chamados de “povos das estrelas”. Não se sabe ao certo a origem dos ciganos, mas há indícios de que remonta há mais de 3.000 anos lá pelo Norte da Índia. Desde então se espalharam pelo mundo, não raro para fugir de massacres e genocídios. Não perderam, ao longo dos tempos, o espírito essencialmente nômade e livre dos condicionamentos das sociedades estabelecidas.

Há registros de que os primeiros deles começaram a chegar no Brasil por volta de 1574, quando foram expulsos da Europa, onde sofreram severas perseguições em função de preservarem costumes e tradições acima de quaisquer outras coisas. É possível que tenham chegado ao Novo Mundo junto com a corte portuguesa, ao lado dos degredados e parias que vieram colonizar as terras inóspitas recém-descobertas.

É fácil distingui-los pelas roupas, ornamentos e, principalmente, pelos hábitos ruidosos. Trata-se de um povo que canta e dança tanto na alegria como na tristeza. Para o cigano, a vida é uma festa, tendo como anfitriã a natureza que o rodeia. Apreciam comemorar tanto o nascimento como a morte, além de casamentos e aniversários.

Possuem grande dose de passionalidade. Seguem à risca seu próprio código de ética, de honra e justiça, que afronta qualquer sistema. Os ciganos são reconhecidos, sobretudo, pela prática da quiromancia, que é a arte de ler as mãos. A arte de predizer o destino a partir das linhas, marcas e padrões das mãos, particularmente das palmas, e interpretar o caráter, a personalidade e os talentos dos indivíduos. Uma arte praticada em várias

culturas antigas, como as da Índia, China, Egito, Roma e Grécia, mas que foi condenada pela Igreja Católica.

Dizem que cigano que se preza, antes de ler a mão, na verdade, lê os olhos das pessoas, que são, digamos assim, “os espelhos da alma”. Para o verdadeiro cigano, a quiromancia não é apenas uma prática de adivinhação. É, antes de tudo, uma bússola de orientação sobre o corpo, a mente e o espírito. Um guia sobre a saúde e o destino.

**Com lenço e sem documento** – Também não se sabe, com precisão, quantos ciganos estão estabelecidos no Brasil. Todavia, estimativas da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci) apontam que o Brasil abriga cerca de 1,6 milhão de ciganos, quase a metade deles sem residência fixa. Por serem nômades, não têm como comprovar domicílio. O endereço incerto dificulta a obtenção do registro civil de nascimento e óbito nos cartórios e, conseqüentemente, o recenseamento.

Amantes da liberdade, viajam em grupos de famílias e geralmente se instalam nas proximidades das cidades, formando núcleos comunitários que, segundo os pesquisadores, como Rodrigo Corrêa Teixeira, do Núcleo de Estudos Ciganos, são regidas por regras e normas de convivência harmônicas.

A principal atividade dos ciganos, desde que chegaram ao Brasil, foi o comércio. De cavalos, mulas e até escravos, antigamente. Várias famílias foram proprietárias de circos ou então eram elas mesmas artistas circenses. De fato, uma boa maioria dos ciganos

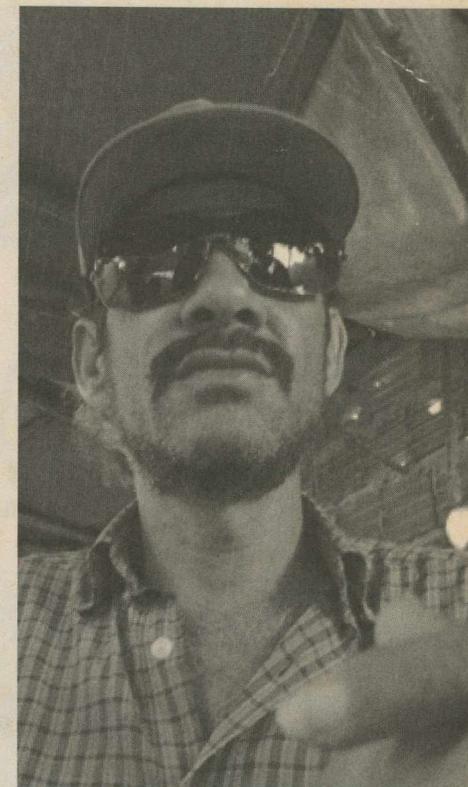
é de artistas. Músicos, dançarinos. Artistas plásticos. Fabricam seus próprios utensílios domésticos e jóias. Atualmente, com o processo de aculturação, um bom número de ciganos freqüenta as universidades, embora geralmente sem revelar suas raízes, e até ocupa cargos de importância na vida pública do país.

## “Eles são despojados e solidários”

Até algumas décadas atrás, em Natal, era comum observar grupos de ciganos, vestidos a caráter, vendendo artigos pelas ruas. As mulheres, carregando os filhos, também se ofereciam para ler a sorte dos transeuntes. Eles armavam acampamento nos terrenos baldios e ali ficavam dias, meses, até se mudarem para outro lugar, outra cidade. Hoje, quase não se vê mais isso.

Mas eles continuam na cidade, sim, e em várias partes do Rio Grande do Norte: Parnamirim, João Câmara, Macau, Pendências, Florânia, Ipanguassu. Geralmente trajando roupas dos *jurin* ou *gadjo* (não ciganos), morando não em tendas, mas em casas da periferia, preservando, contudo, o que podem da tradição repassada oralmente às novas gerações.

“Eles sobrevivem principalmente da solidariedade do seu próprio povo”, conta Fernando de Sousa Lima, representante do povo cigano do Rio Grande do Norte, referindo-se as dificulda-



Antônio Cigano: líder cigano

des pelas quais esta etnia tem passado. “Pela primeira vez, no entanto, os ciganos tiveram espaço público para apresentar suas reivindicações e exigir seus direitos”, diz. Foi durante a 1ª Conferência Estadual de Promoção e Igualdade Racial, realizada em 2005, em Natal, antecedendo a conferência nacional, ocorrida em Brasília, no mesmo ano.

Fernando participou dos dois eventos, e outros mais, levando a voz dos ciganos para toda a sociedade, junto da de outras minorias - negros e índios. Apesar de não ser cigano, o poeta natalense Fernandão, 53 anos, letrista do grupo musical Alcatéia Maldita, tornou-se uma espécie de porta-voz do povo com o qual convive desde os 16 anos de idade. Naquela época, morando no bairro Tirol, aproximou-se de um acampamento cigano. A matriarca do grupo pediu que comprasse qualquer coisa na mercearia, ele atendeu. Ganhou confiança. Foi aceito como um deles, aprendeu o idioma e o costume. Depois viajou com eles e conviveu com outros grupos.

“São despojados de valores materiais e solidários, os ciganos”, afirma Fernandão. E cita exemplos. Na

década de 90, ele chegou tarde da noite no acampamento de um grupo em São Gonçalo do Amarante. Localizou a barraca do amigo, que o recebeu como sempre: alegre. Na hora de dormir, porém, ao averiguar que não havia lençol para o visitante, o cigano pegou a tesoura e dividiu o seu próprio cobertor ao meio.

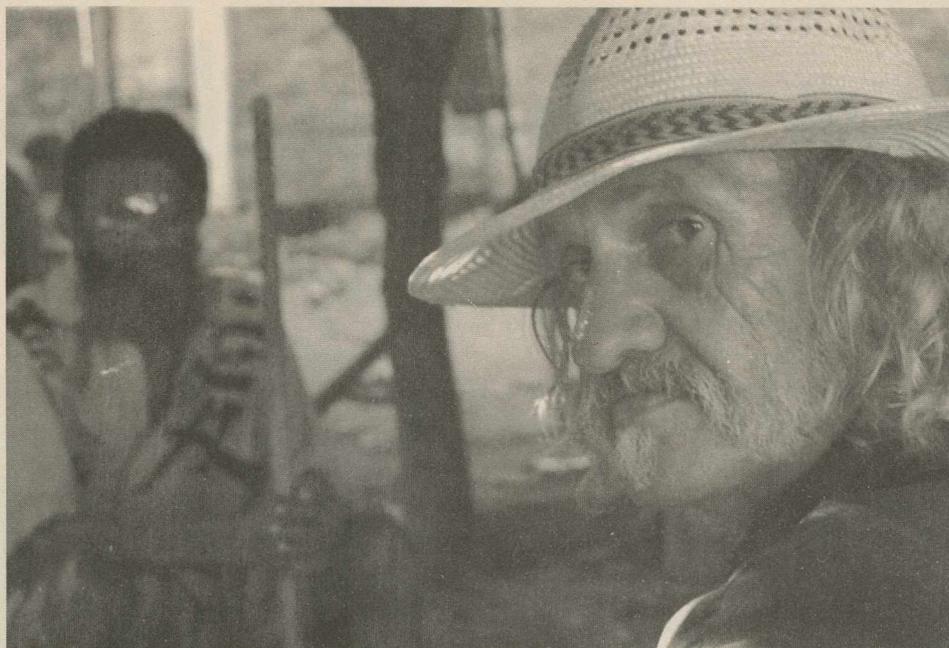
Outra vez, contente com o espetáculo do circo na sua cidade, um prefeito do interior do Rio Grande do Norte convidou o dono do picadeiro para jantar em sua residência. Convidou um e não todos daquele grupo de ciganos. Por isso o convite não foi aceito. Fernandão, que viajava com a trupe, jamais esqueceu as palavras do chefe para explicar o motivo pelo qual recusou a honraria do alcaide: “Eu sou nós”.

## A vida sem a liberdade de antigamente

A liberdade que desfrutavam há alguns anos está impregnada ainda nas lembranças. Naqueles tempos costumavam andar em grandes grupos, de uma cidade para outra, montados em animais – cavalos, jumentos, burros. Os acampamentos aglutinavam, invariavelmente, entre 100 e 200 pessoas. De todas as idades. Não ficavam mais do que duas semanas num lugar. Depois partiam. Seja porque eram inquietos, seja porque havia problemas com a polícia. Sempre foram discriminados. Desde épocas remotas. Às vezes, contudo, encontravam guarida nas terras de algum fazendeiro.

Havia um certo capitão Zé Garcia, que morreu nos anos 70. Foi um dos maiores chefes de ciganos do Nordeste. Era respeitado. Ou temido. O geólogo Francisco Assuero, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, lembra da figura lá pelas bandas de Pau de Ferros, onde aparecia para conversar com seu avô, Francisco França, de quem era amigo. “Era baixinho e moreno. Uma vez, ganhei dele, de presente, um burro”, conta.

Os ciganos do Rio Grande do Norte deixaram de morar em barracas quando uma grande rixa os dividiu em facções



**Fernando Lima, o Fernandão: representante do povo cigano no RN**

inimigas. Já houve muitas mortes desde a década de 80. Agora eles preferem habitar casas, na periferia, onde acreditam se proteger melhor da discriminação e emboscadas. “São semi-sedentários, pois passam temporadas num lugar até se mudarem para outro bairro ou cidade”, revela o professor William Assunção, da UFRN, que presta consultoria à Coordenadoria dos Direitos Humanos e Defesa das Minorias no trabalho de levantamento da realidade deste povo no RN.

Seja como for, os ciganos estão pagando alto preço pelo sedentarismo. Muitos vivem tomando remédio para depressão. Foi esta a realidade, de decadência, que encontramos no conjunto Nova Natal, na Zona Norte, onde há seis anos está fixado o grupo descendente do cigano Rodopiano

Ferreira de Henrique. Eles são em torno de oito famílias, morando próximas umas das outras. “Não tem assentamento para todo mundo”, conta Antônio Cigano, 44 anos, líder do grupo. “Por isso há mais gente nossa morando em Golandim, Tangará, Parque Industrial de Parna-mirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba. Ao todo, somos umas 80 famílias”, revela o chefe, que é natural de Catolé do Rocha.

Os mais velhos não esquecem do tempo que viviam na natureza, acampados no mato. “A vida era mais fácil, tínhamos muitos animais, viajávamos a cavalo, fazíamos muitas festas”, recorda Nelson Xavier, 70 anos, natural de Ipanguassu. “Agora somos como pássaros presos na gaiola. Uma prisão sem muro”, compara.

**Comércio ontem e hoje** - “Antiga

mente vendíamos jumento, burro. Hoje, no máximo relógio e celular”, afirma Antônio. Alguns membros do seu grupo ganham a vida como vendedor ambulante nas feiras, mas vivem com dificuldades. Muitas. “Tenho vontade de trabalhar e não encontro trabalho”, diz o jovem Reginaldo, de 23 anos, natural de Ceará Mirim. Ele estudou até a 1ª série, só. A maioria das crianças e jovens daquela família, aliás, não frequenta a escola. Ou porque sentem discriminação na sala de aula ou porque os pais não querem. Com receio de possível revanche dos rivais. Muitos não têm sequer documentos, como o próprio Reginaldo. “Perdi o meu há muito tempo e não tirei a segunda via”.

Também alegam haver discriminação no posto de saúde. “Se ficam sabendo que somos ciganos, quando chegamos lá dizem que não há mais fichas”, diz Jôsi, mãe de uma criança. “Somos considerados pessoas errantes”, protesta José, 38 anos, natural de Patu e irmão de Antônio. “Mas para a vida somos uns guerreiros; não desistimos nunca”, acrescenta.

As mulheres, às vezes, saem para colocar cartas e ler as mãos. Voltam com algum dinheiro. “Se as coisas ficam apertadas de mais, a gente sai para pedir ajuda; mas nunca roubamos”, revela Maria Henrique, uma das mais idosas do grupo. Ela garante que não há problemas de relacionamento com a vizinhança. Conta que os rapazes da rua participam de festas com os *calon* (ciganos), na casa destes, sem que seus pais fiquem preocupados. Aliás, diz ela, os jovens ciganos são atraídos cada vez mais pelos encantos dos *jurin*. E estes últimos acabam se integrando ao grupo. Incorporam o espírito cigano.

## Líder cigano cobra benefícios para seu povo

“Enquanto os índios, negros e caboclos recebem benefícios das autoridades, nós continuamos no zero”. A declaração do líder Antônio Cigano vem em tom de cobrança. Ele alega que os eventos realizados até agora para discutir os problemas das minorias étnicas, até agora não se traduziram em ações concretas para os ciganos. Entre as maiores necessidades do seu povo, ele cita assistência médica, melhorias habitacionais e programas de geração de emprego.

Implantada pelo Governo do Estado no início do ano, a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, começou a atuar na formulação de políticas públicas de inclusão social e de combate à

discriminação às minorias étnicas. Caberá a ela promover campanhas educativas contra a discriminação e desenvolver ações de capacitação profissional para assegurar a inserção social de negros, índios, ciganos e outras raças discriminadas.

A implantação da coordenadoria foi anunciada pela governadora Wilma de Faria ao assumir o segundo mandato. “A criação deste órgão é muito positiva, pois vai ao encontro de demandas que existem em função da falta de políticas públicas específicas para negros, índios, ciganos e outros grupos vítimas de discriminação”, afirmou Elisabeth Lima, titular da coordenadoria. Segundo ela, o trabalho foi iniciado com o planejamento das ações que

irão ajudar na elaboração do programa de promoção da igualdade social, a ser concluído no mês de abril.

“Vamos fazer um diagnóstico das potencialidades e demandas de cada segmento minoritário, incluindo os ciganos, para elaboração de políticas públicas de inclusão social a partir da realidade que eles nos apresentam”, explicou. Ou seja, a partir do conhecimento das necessidades dos povos ciganos do Rio Grande do Norte, no caso específico, afirma ela que o Governo do Estado promoverá políticas de inclusão que atendam as demandas, seja na área de saúde, habitação, educação ou emprego. Ou de cidadania. Que é o que eles, os ciganos, sobretudo precisam. (MN)

# Estudantes estrangeiros

Texto: Carlos de Souza  
Foto: Clóvis Santos

Djalma Marinho, assessor internacional da UFRN: programa de recursos humanos.

O Programa de Estudante-Convênio de Graduação - PEC-G é oferecido a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. Para tanto são oferecidas vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A finalidade é formar recursos humanos de países em desenvolvimento.

O programa é coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Divisão de Temas Educacionais (DCE); pelo Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Ensino Superior (SESu) e pelas Instituições de Ensino Superior (IES), as Pró-reitorias de Graduação.

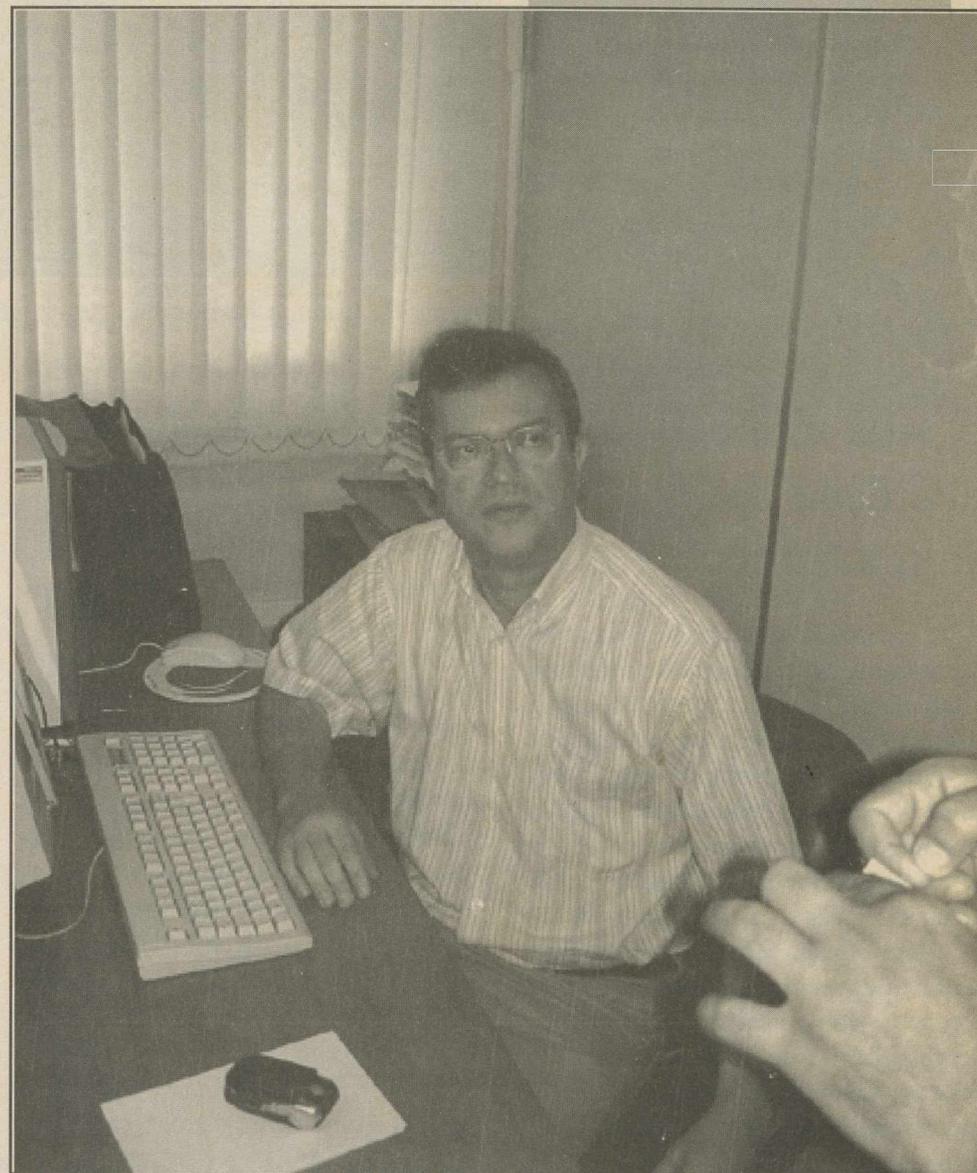
O processo seletivo consiste na análise das candidaturas recebidas do exterior por uma Comissão de Seleção, instituída por Portaria do MEC e composta de professores provenientes de IES de cada uma das regiões da Federação. Compete à Comissão a distribuição das vagas oferecidas pelas IES entre os candidatos dos países participantes. Não existe reserva de vagas ou quotas específicas para cada país, sendo o critério da seleção o mérito acadêmico.

O CELPE-Bras é o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação, aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Ele é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente no Brasil e é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em

programas de pós-graduação. O exame acontece duas vezes ao ano. As inscrições para a edição de abril já estão encerradas. O período de inscrições da segunda edição anual, a realizar-se em outubro, deverá ter início em agosto. Para realizar as provas, o candidato deve se inscrever, exclusivamente, por meio da página eletrônica da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). Os cursos mais solicitados foram, na ordem: Medicina, Administração, Economia, Comunicação Social e Direito.

No Rio Grande do Norte, o programa atende a 70 alunos de vários países da África e dois da América Latina, um da Bolívia e um do Peru. Segundo Djalma Marinho Pereira, assessor Internacional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, "este é um programa de formação de recursos humanos que possibilita a países em desenvolvimento, com relações diplomáticas com o Brasil, que enviem alguns de seus estudantes para que eles possam fazer um curso de nível superior não oferecido em seus países".

Cabo Verde, o país que mais enviou alunos, tem 29 estudantes na UFRN; São Tomé e Príncipe



tem 8; Guiné-Bissau tem 28; Moçambique tem um e Angola tem 4. O curso preferido é medicina que tem 10 alunos, seguido de Engenharia da Computação, que 8; Ciências Econômicas, 6; Serviço Social, 5; Engenharia Civil, 5; Direito, 4; Arquitetura, 3; Ciências da Computação, 5; Comunicação Social, 3; Psicologia, 4; Pedagogia, 3; Geografia, 2; Música, 1; Ciências Sociais, 2; Letras, 3; Nutrição, 1; Farmácia, 2; Estatística 1; Engenharia de Produção, 1; Ciências Contábeis, 2 e Ciências Biológicas, 1.

## Alguns números do PEC-G em 2007

2.276 vagas oferecidas;

. 698 candidatos selecionados (30,66% de candidatos selecionados);

. 45 países encaminharam candidaturas.

# Faxina étnica desembarca ciganos em F. Noronha

Texto: Carlos Morais  
Foto: João Maria Alves

O Brasil, à semelhança de todas as colônias européias, funcionou, no primeiro século de seu descobrimento, na condição de depósito de lixo do Velho Mundo para uma legião de indesejáveis, e como terminal de degredo para um contingente de acusados de crimes contra a lei na mãe-pátria. Daí ter absorvido uma periódica deportação em massa de ciganos de Portugal para o Brasil. A rica documentação sobre o banimento mostra que a Coroa portuguesa despejava seus “criminosos” nas terras e colônias ultramarinas, particularmente no Brasil e África. A metrópole, com a expulsão de ciganos, depurava sua limpeza étnica de uma parte de seu contingente populacional, considerado imprestável pelas autoridades reais. Proporcionava, então, com em suas despovoadas colônias ultramarinas, uma perspectiva de aculturação populacional de emigrados, gente que conseguia a purgação de seus delitos e crimes com a oferecida possibilidade de purificação pecaminosa.

E já nos primeiros 25 anos do século XVI, o alvará de 13 de março de 1526 proibia “a entrada de estranhos no Reino português” e estimulava a expulsão dos estrangeiros. A população, acusava um documento da época, estaria a sofrer “muita perda fadiga”, causadas por furtos e feitiçarias praticadas pela ciganada. Os infratores recebiam até a ameaça da pena de

açoite, em sessão pública, com a aplicação do “baraço e pregão” (laço no pescoço e a proclamação pública do crime). A situação dos “ditos vagabundos” se agravaria, em 1592, ano em que se instituiu a pena de morte para os ciganos que não acatassem as determinações da lei.

O século XVII (iria, em seu final, carimbar um generalizado degredo de ciganos para o Brasil) começou com as Ordenações Filipinas, decretadas em 1603, determinações que também castigavam todo cigano que entrasse no Reino às penas de açoite e degredo. O rei de Portugal, dom Pedro, preocupadíssimo com a “inundação de gente tão ociosa e prejudicial por sua vida e costumes, andando armado para melhor cometerem seus assaltos”, expediu decreto, em 1686, e decidiu que “essa gentalha”, além da pena de degredo para a África, já instituída nas Ordenações, seria despachada também para a América. O desembarque de ciganos no Brasil, aliás, desde aquele século anterior, já ocorria. Assim, na época da primeira visitação do Santo Ofício, na Bahia (1591-1593), o surto inquisitorial muito contribuiu para patrocinar a deportação de algumas ciganas para o Brasil, degredada de Portugal – caso de Violante Fernandes, viúva de uma cigano, condenado pelo Tribunal da Inquisição ao degredo, aqui, por furto de jumentos.

As Ordenações Filipinas estendiam também o açoite de suas punições a qualquer pessoa flagrada com trajes ou a falar a língua dos armênios, gregos, árabes e persas - “ou de outras nações sujeitas aos turcos, os quais traziam contínuos sustos às nações cristãs”, bem como contra todos os embusteiros e profissionais da “buena dicha” (leitura da sina ou do futuro), nas transações de compras e vendas, da mesma forma que na prática da magia. As mulheres, embora não enquadradas na pena das galés, recebiam, contudo, condenação ao degredo perpétuo – para Angola ou Cabo Verde (várias também vieram para o Brasil) – “sem levar consigo filha ou filho”.

Constata-se, na legislação enlaçada aos ciganos, que a maioria enquadra-se, quase que exclusivamente, quanto ao comportamento social da ciganada: nomadismo, formação de patotas, prática de pequenos furtos, magia e feitiçaria, a “buena dicha” e ao adotar o falar de sua “geringonça” (o dialeto caló, falado na península ibérica).



# A lenda do cajueiro da cigana

A vizinhança de Fernando Noronha com Pernambuco culminaria, inevitavelmente, com a chegada da ciganada na ilha atlântica nordestina. O seu desembarque, por acaso, aconteceu porque a deportação dos ciganos foi convertida em degredo. Dom João V, rei de Portugal, decidiu que os ciganos embarcados nos navios da frota real, destinada a Pernambuco, deveriam ser reembarcados para o Ceará e Angola, para aproveitar o embalo das viagens destinadas a essas possessões, em sua provisão de 11 de abril de 1718, dirigida ao vice-rei da Bahia. Em 14 de abril, o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, comunicava, expressamente, ao governador de Pernambuco, que os ciganos haviam sido exterminados do Reino e, portanto, em hipótese alguma deveriam retornar ao Reino.

A convivência da ciganada em Fernando de Noronha terminou gerando uma das mais interessantes e sugestivas tradições populares na ilha: A Lenda do Cajueiro da Cigana. Tradição enriquecida pelo poeta Gustavo Adolfo Cardoso Pinto que, além de perpetuá-la em versos, ainda recolheu no presídio ilhéu mais dois outros registros poéticos, remanescentes e espalhados pela oralidade popular dos noronhenses. O poeta, com esse material coletado, publicou-o no seu livro “Risos e Lágrimas”, impresso em Recife, em 1882. Resquícios do agitado período dos ciganos em Fernando de Noronha e por alguns Estados da região do Nordeste foram disseminados em antigos pastoris nordestinos, onde ainda hoje sua presença é evocada em grupos de figurantes ciganos, ao entrar em cena, cantantes, com uma agradável e sonora toada, iniciada com estes versos:

“Somos ciganas do Egito  
Que viemos a Belém,  
Adorar um Deus menino  
Nascido pra nosso bem”.

Uma das pastorinhas pede atenção, na seqüência, para a sua breve leitura ao anunciar seu talento adivinhadeiro:

Vindo de origem divina  
Em suas mãos pequeninas  
Eu vou ler a sua sina”.

Prossegue, depois, com a louvação da “buena dicha”, ao profetizar a gloriosa vida do Messias. E surge, enfim, outra pastorinha cigana, a esmolar e engatilhar um cântico de música afetuosa, dolente, que começa pedinchona: “Quem dá esmola à pobre cigana?”.